

ATA DE TERMINO DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS SAGESP X SINTRAMOJU 2021/2022

Reuniram-se os Sindicatos acordantes às 11h00 hs do dia 26/02/2021, na sede localizada na Rua do Comércio, nº 55, sala 15, Centro, Santos/SP, do **Sindicato dos Armazéns Gerais e das Empresas de Movimentação de Mercadorias no Estado de São Paulo** - SAGESP, inscrita no CNPJ nº 58.258.807/0001-09, representado por seu Presidente Dr. Cícero Bueno Brandão Junior, e o advogado Dr. Tomas Binotti e o SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTACAO DE MERCADORIAS EM GERAL E LOGISTICA DE JUNDIAI E REGIAO- SINTRAMOJU, CNPJ n. 08.935.753/0001-09, inscrito no CNPJ nº 43.147.784/0001-98, representado por seu Presidente, Sr. Jaime Santana de Melo e o advogado Dr. André Luiz Monsef Borges, para tratar da pauta de reivindicações do Sindicato Laboral apresentada, com vistas à renovação da Convenção Coletiva de Trabalho, data-base **1º de fevereiro/2021**, tendo as partes concluído as negociações nos seguintes termos:

1.) VIGÊNCIA DA NORMA COLETIVA: *fixação do período de vigência da norma coletiva, CCT, pelo prazo de 12 meses, ou seja de 01/02/2021 a 31/01/2022*

2.) ABRANGÊNCIA TERRITORIAL: A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral e Logística, como Categoria Diferenciada nos termos da Lei 12.023/2009**, com abrangência territorial em **Cabreúva/SP, Caieiras/SP, Campo Limpo Paulista/SP, Francisco Morato/SP, Franco da Rocha/SP, Itatiba/SP, Itupeva/SP, Jarinu/SP, Jundiaí/SP e Várzea Paulista/SP**.

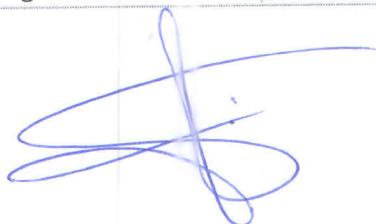
3.) CORREÇÃO SALARIAL: Os salários serão reajustados pelo índice de 5,53% (cinco inteiros e cinquenta e três centésimos por cento), sobre os salários vigentes em 31.01.2021, podendo as empresas a seu critério, escalonar por faixas salariais, conforme tabela abaixo:

Salário	reajuste
Até R\$ 3.000,00	5,53%
De R\$ 3.001,00 até R\$ 4.000,00	5,00%
De R\$ 4.001,00 até R\$ 5.000,00	4,40%
De R\$ 5.001,00 até R\$ 6.000,00	3,70%
Acima de R\$ 6.001,00	parcela fixa de R\$ 222,00

4.) PISOS NORMATIVOS: Fica assegurado o Piso da Categoria, salário normativo, à todos os empregados componentes da categoria profissional representada, no valor de R\$ 1.257,19.

Piso a partir de 01º de fevereiro:

Empregados em geral	R\$ 1.257,19
Operador de Transpaleteira Elétrica	R\$ 1.347,83
Conferente com até 02 (dois) anos na função	R\$ 1.525,59
Conferente com 02 (dois) anos na função	R\$ 1.659,25
Operador de empilhadeira com até 02 (dois) anos na função	R\$ 1.616,21
Operador de empilhadeira com 02 (dois) anos na função	R\$ 1.771,92
Trabalhadores que efetuam a limpeza do local de trabalho	R\$ 1.199,61
Empregados que laboram na etiquetagem e carimbagem	R\$ 1.199,61



Parágrafo Primeiro: Os pisos salariais fixados na presente cláusula, não se aplicam aos trabalhadores que tenham outros pisos definidos em acordos coletivos entre a entidade sindical e empresas.

5.) DIÁRIA DE VIAGEM: Os empregados que executarem labor externo receberão uma remuneração a título de diária, no mínimo de R\$ 86,32 (oitenta e seis reais e trinta e dois centavos), para as despesas como alimentação, deslocamento, pernoite, dentre outras. Esta remuneração é devida para os trabalhadores com vínculo empregatício e aos movimentadores de mercadorias intermediados pelo SINTRAMOJU, salvo política interna que assegure reembolso total das despesas mediante recibo.

Protesto pela manutenção da **data-base** da categoria 1º DE FEVEREIRO - **01/02/2021;**

6.) VALE REFEIÇÃO: As empresas obrigam-se a fornecer a seus empregados uma alimentação subsidiada que consistirá, conforme sua opção, ressalvadas condições mais favoráveis fixadas em acordo coletivo de trabalho, em:

ALMOÇO COMPLETO, no local de trabalho, subsidiado pelas regras do PAT; OU,

TÍQUETE REFEIÇÃO, no valor mínimo de **R\$26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos)**. R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), a partir de 1º de fevereiro/2020. O empregado receberá tantos Tíquetes Refeição quantos forem os dias de trabalho efetivo no mês. OU,

CESTA BÁSICA, de pelo menos 48 (quarenta e oito) quilos, contendo os itens da tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO CESTA BÁSICA – 48 QUILOS 10 (dez) quilos de arroz agulhinha 04 (quatro) quilos de feijão carioca 02 (duas) unidades de lentilha (200g cada) 03 (três) latas de óleo de soja 05 (cinco) pacotes de macarrão com ovos (500 gramas) 05 (cinco) quilos de açúcar refinado 02 (dois) pacotes de café torrado e moído (500 gramas) 01 (um) quilo de sal refinado 03 (três) latas de extrato de tomate de (140 gramas) 02 (dois) pacotes de farinha de mandioca crua (500 gramas) 01 (um) quilo de farinha de trigo 01 (um) pacote de fubá mimoso (500 gramas) 01 (um) pacote de farinha de milho – flocos grossos (500g) 01 (um) pacote de trigo para kibe (500g) 01 (um) unidade azeite (250 ml) 05 (cinco) litro de leite integral 02 (dois) pacotes de biscoito doce 02 (dois) pacotes de biscoito salgado 04 (quatro) unidades gelatina em pó sabores (85g) 02 (duas) latas de seleta de legumes (200g) 02 (duas) latas de milho verde (200g) 01 (um) quilo de charque (Jack-beef) 02 (duas) latas de sardinha em conserva (135g) Itens de escolha do empregador necessários para atingir os 48 quilos. Caso algum dos produtos acima apresente-se temporariamente indisponível para fornecimento, face a proibição ou impossibilidade de abastecimento, ou outra circunstância relevante, poderá ser substituído por produto equivalente no mesmo peso ou quantidade e qualidade indicada. OU,

VALE SUPERMERCADO, por meio de cartão magnético e/ou outra forma, no valor mensal de R\$ 225,55 (duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

Parágrafo primeiro: Fica facultado à concessão do café da manhã. O tempo utilizado pelos trabalhadores para o café da manhã quando disponibilizado pelo empregador/tomar dos serviços não constituem tempo à disposição da empresa, não serão, portanto, considerados como horas extras.

Parágrafo segundo: A empresa poderá fornecer lanche da tarde durante a jornada de trabalho.
Parágrafo terceiro: A concessão dos referidos cafés (manhã ou tarde) não constituem natureza salarial.

7.) TAXA DE PARTICIPAÇÃO NEGOCIAL DO SINDICATO: Devidamente aprovada pela assembleia geral extraordinária dos trabalhadores da categoria profissional, por ocasião do início da data base, fica estipulada em benefício do Sintramoju, a taxa de participação negocial atribuída a todos os empregados e trabalhadores avulsos associados e não associados, durante os 12 meses da data base, no valor de R\$ 15,00 (quinze) mensais, destinada ao ressarcimento das despesas referentes à negociação exitosa, traduzida em benefícios econômicos sociais e jurídicos, favorecendo todos que integram a categoria na base territorial.

§ 1º - Considerando legítima a deliberação assemblear, tornou-se lícita a instituição da taxa de participação, destinada ao fortalecimento do Sintramoju sem ofensa ao Poder Judiciário Federal, STF, relativo ao julgamento da ADI 5794, que tratou de matéria distinta, que não viola a Súmula Vinculante 40 e a Súmula 666 do STF; Precedente Normativo 119 do C. TST; OJ 17 da SDC/TST e nem afronta o Inc. XXVI do Art. 611-B da CLT, inserido pela Lei 13.467/2017, considerando que a "taxa de participação" possui natureza jurídica ressarcitória, não se destinando ao custeio da contribuição confederativa / assistencial inscrita na CF/88 e nem à contribuição de revigoramento ou fortalecimento do sistema sindical, constituindo tão somente a união dos trabalhadores, solidária, democrática de livre deliberação para obtenção de êxito na negociação coletiva com a classe patronal, culminando com os resultados financeiros representados pelos benefícios econômicos sociais e jurídicos.

§ 2º - A taxa de participação negocial em benefício do Sintramoju, decorre da necessidade de ressarcimento pelos trabalhadores, dos recursos financeiros despendidos com a negociação salarial, considerando que todos são beneficiados com igualdade de condições inseridas no acordo / convenção coletiva de trabalho, não ensejando nenhuma espécie de oposição à sua aplicação no âmbito da categoria profissional.

§ 3º - Ao instituir a taxa de participação, a assembleia geral dos trabalhadores valeu-se do princípio da boa-fé objetiva, no atendimento da função social da contratação coletiva, advinda da interpretação da conformidade dos princípios constitucionais anteriormente referidos, encontrando especial esteio no princípio da igualdade e da solidariedade (Inc. I do Art. 3º da CF/88), que sustenta o alicerce do modelo de representatividade sindical, estabelecido pelo sistema jurídico brasileiro.

§ 4º: A empresa, quando notificada, deverá apresentar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, as guias de recolhimento da contribuição, devidamente autenticadas, pela agência bancária, juntamente a listagem de trabalhadores contendo: nome, cpf, função e e-mail, observando-se os parâmetros abaixo:

a- A Entidade Sindical compromete-se a utilizar as informações dos trabalhadores apenas no âmbito de cadastro interno, sendo vedada a sua divulgação a terceiros.

b) O Sindicato assume o compromisso de manter a confidencialidade e sigilo sobre a "informação confidencial" repassada no momento da análise, devendo:

I-) a não repassar a "informação confidencial" a que tiver acesso, responsabilizando-se, por todas pessoas que vierem a ter acesso, comprovadamente por seu intermédio e obrigando-se assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas, no caso de culpa ou dolo.

II-) "informação confidencial" significará a informação revelada do empregado repassado pela empresa ao sindicato, sob forma escrita, verbal ou qualquer outro meio.

III-) A informação só poderá se tornar pública mediante autorização escrita, concedida pelo empregado a parte interessada.

§5º: O recolhimento efetuado fora do prazo mencionado no parágrafo primeiro desta cláusula será acrescido de multa de 2% (dois por cento) nos 30 (trinta) primeiros dias. Ocorrendo atraso superior a 30 (trinta) dias, além da multa de 2% (dois por cento), correrão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor principal.

§6º Em eventual demanda trabalhista cujo o objeto seja a presente será dada ciência ao Sindicato, em até 15 dias antes das audiências, na fase de conhecimento, para que tome as providências que julgar adequadas, limitando-se sua responsabilidade nos valores efetivamente recebidos.

8.) RELAÇÃO DE EMPREGADOS - REMESSA ANUAL AO SINDICATO PROFISSIONAL Os empregadores, após o desconto e recolhimento das contribuições, remeterão ao Sindicato, uma vez por ano e/ou sempre que solicitado, relação salarial (desde que autorizado pelo trabalhador) acompanhado da guia da de recolhimento, bem como se necessário a RAIS, pertencentes à categoria por este representada, e de cópia do Documento de Informações Sociais a que alude o art. 4º do Decreto nº 97.936/89, art. 583 da CLT e Precedente Normativo nº 111 (EX-JN 816).

9) As demais cláusulas, previstas na CCT (2020/2021), serão mantidas fiel com a redação da anterior, COM AS DEVIDAS CORREÇÕES DE DATAS.

10) As empresas (associadas e contribuintes) que comprovadamente não tenham condições de aplicar os percentuais previstos na CCT poderão se valer da intervenção do SAGESP, junto aos Sindicatos profissionais, para eventual tratativa para redução dos índices aplicados, visando a recuperação da empresa deficitária.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021.



Cícero Bueno Brandão Junior

CPF nº 072.605.988-91

SAGESP



Jaime Santana de Melo

CPF nº 808.346.559-34

SINTRAMOJU